



Títulos Públicos e Gestão da Dívida Mobiliária

Informações até outubro de 2016



Série Perguntas Mais Frequentes



Série “Perguntas Mais Frequentes”

Banco Central do Brasil

1. Juros e *Spread* Bancário
2. Índices de Preços no Brasil
3. Copom
4. Indicadores Fiscais
5. Preços Administrados
- 6. Títulos Públicos e Gestão da Dívida Mobiliária**
7. Sistema de Pagamentos Brasileiro
8. Contas Externas
9. Risco-País
10. Regime de Metas para a Inflação no Brasil
11. Funções do Banco Central do Brasil
12. Depósitos Compulsórios
13. Sistema Expectativas de Mercado

Diretor de Política Econômica

Carlos Viana de Carvalho

Equipe

André Barbosa Coutinho Marques

Carolina Freitas Pereira Mayrink

Henrique de Godoy Moreira e Costa

Luciana Valle Rosa Roppa

Luiza Betina Petroll Rodrigues

Manuela Moreira de Souza

Maria Cláudia Gomes P. S. Gutierrez

Marcio Magalhães Janot

Coordenação

Renato Jansson Rosek

Criação e editoração

Departamento de Relacionamento com Investidores e Estudos
Especiais (Gerin)

Brasília, DF

Este fascículo faz parte do Programa de Educação Financeira do Banco Central do Brasil

Títulos Públicos e Gestão da Dívida Mobiliária¹

Este texto integra a série Perguntas Mais Frequentes (PMF), editada pelo Departamento de Relacionamento com Investidores e Estudos Especiais (Gerin) do Banco Central do Brasil (BCB), que aborda temas econômicos de interesse de investidores e do público em geral.

Com essa iniciativa, o BCB vem prestar esclarecimentos sobre diversos assuntos, buscando reforçar a transparência na condução da política econômica e a eficácia na comunicação de suas ações.

¹ O Gerin agradece a colaboração do Departamento de Operações do Mercado Aberto, fundamental para a edição deste material.

Sumário

1. De quem é a responsabilidade pela gestão da Dívida Pública Federal (DPF) no Brasil?	5
2. Qual é a relação entre gestão da dívida pública federal e política fiscal?.....	5
3. O que são títulos públicos federais e com que finalidades os títulos da dívida pública podem ser emitidos? 6	6
4. Qual a relação entre gestão da dívida pública federal e política monetária?.....	6
5. Quais os principais títulos públicos federais em circulação? Onde ficam registrados/custodiados?	6
6. Quais são as formas de emissão de títulos do Tesouro Nacional?.....	7
7. O que são emissões diretas?	7
8. O que são ofertas públicas de títulos? Como é feita a divulgação dessas ofertas?.....	7
9. Quais as características e a periodicidade das ofertas públicas do Tesouro Nacional?	8
10. Quem pode participar das ofertas públicas do Tesouro Nacional?.....	9
11. Como são definidas as propostas vencedoras nas ofertas públicas de títulos da dívida?.....	9
12. O que é a 2ª Rodada do Leilão?	9
13. Como ocorrem as vendas diretas para pessoas físicas (Tesouro Direto) e como evoluiu o estoque e o número de investidores cadastrados para essas vendas?	10
14. O que é taxa de consenso?	11
15. Como posso consultar os resultados dos leilões?	11
16. O que são preço par e preço na curva?.....	12
17. Como posso saber os preços dos títulos públicos federais?.....	12
18. Quais são as principais características e como se calcula o PU e cotação dos principais títulos?	12
19. Como são calculados os ágios/deságios das LFTs negociados nos leilões? O que eles significam?	15
20. Qual é o cronograma de vencimentos da Dívida Pública?	16
21. Qual é o volume negociado no mercado secundário?.....	16
22. O que é a securitização de dívidas?	16
23. O que são as chamadas “moedas de privatização”?	16
24. Quais são os títulos inegociáveis e qual o seu objetivo?	17
25. Onde posso obter mais informações e dados atualizados sobre títulos públicos e gestão da dívida mobiliária?	17



Títulos Públicos e Gestão da Dívida Mobiliária

1. De quem é a responsabilidade pela gestão da Dívida Pública Federal (DPF) no Brasil?

A Secretaria do Tesouro Nacional (STN), pertencente à estrutura do Ministério da Fazenda, é o órgão responsável pela administração da DPF, que abrange tanto a dívida interna quanto a externa.

O Banco Central do Brasil (BCB), na condição de administrador do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic), operacionaliza as ofertas públicas (leilões) realizadas pela STN para a venda ou compra de títulos da dívida pública mobiliária interna (DPMFi), relativamente aos títulos custodiados no Selic, além de outros eventos do emissor, assim denominados os procedimentos relacionados às emissões, aos resgates e aos pagamentos de juros dos referidos títulos.

2. Qual é a relação entre gestão da dívida pública federal e política fiscal?

A STN administra a emissão e o resgate de títulos públicos para atender a política fiscal, de acordo com sua estratégia de gerenciamento da dívida, pautada pela minimização dos custos, gestão prudente de riscos e esforços no sentido de contribuir para o desenvolvimento do mercado brasileiro de títulos públicos. O Plano Anual de Financiamento (PAF) é uma publicação da STN editada desde 2001, na qual são divulgadas as metas, premissas e prioridades da instituição no gerenciamento da dívida pública federal. O [PAF-2016](#), por exemplo, estabelece como objetivo para a gestão da Dívida Pública Federal “**suprir de forma eficiente as necessidades de financiamento do governo federal, ao menor custo no longo prazo, respeitando-se a manutenção de níveis prudentes**”

de risco e, adicionalmente, buscando contribuir para o bom funcionamento do mercado brasileiro de títulos públicos."

3. O que são títulos públicos federais e com que finalidades os títulos da dívida pública podem ser emitidos?

Os títulos públicos federais são instrumentos financeiros de renda fixa (prefixados ou pós-fixados) emitidos pelo Governo Federal para obtenção de recursos da sociedade, com o objetivo primordial de financiar suas despesas. Os títulos da dívida pública podem ser emitidos para financiar o *deficit* orçamentário, nele incluído o refinanciamento da dívida pública, e para realizar operações com finalidades específicas definidas em lei.

4. Qual a relação entre gestão da dívida pública federal e política monetária?

A gestão da dívida pública federal é de responsabilidade da STN, enquanto a condução da política monetária é de responsabilidade do BCB. A STN administra a emissão e o resgate de títulos públicos federais visando suprir a necessidade de financiamento do Governo Federal; o BCB, por sua vez, atua na compra e venda de títulos públicos federais existentes no mercado, para administrar a oferta de moeda ou a taxa de juros. Essas operações realizadas pelo BCB denominam-se operações de mercado aberto e são realizadas no mercado secundário de títulos, tendo como contraparte as instituições financeiras.

5. Quais os principais títulos públicos federais em circulação? Onde ficam registrados/custodiados?

A Tabela 1 apresenta os títulos públicos federais ofertados ao público em 2016, bem como suas características mais importantes. Destacam-se as Letras do Tesouro Nacional (LTN) e as Notas do Tesouro Nacional - Série F (NTN-F), títulos de remuneração prefixada; as Letras Financeiras do Tesouro (LFT), com remuneração atrelada à taxa Selic; e as Notas do Tesouro Nacional - Série B (NTN-B), títulos indexados ao Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). A quase totalidade dos títulos públicos federais está custodiada no Selic, administrado pelo BCB. O restante está depositado na Cetip (Cetip S.A. – Mercados Organizados).

Tabela 1 – Características dos Títulos Públicos Federais Ofertados em 2016

Título	Indexador	Cupom de Juros	Benchmark	Vencimento
Letra do Tesouro Nacional (LTN)	Prefixada	Não há (os juros correspondem à diferença entre os valores nominal e o de emissão)	Curto e Médio Prazo 6, 12, 24 e 48 meses (vértices)	out/2016 e abr/2017; abr/2017 e out/2017; abr/2018 e out/2018; jan/2020 e jul/2020
Nota do Tesouro Nacional (NTN-F)	Prefixada	10% ao ano, pagos semestralmente	Longo Prazo 6 e 10 anos (2 vértices)	jan/2023; jan/2027
Letra Financeira do Tesouro (LFT)	Taxa Selic	Não há (os juros são pagos no vencimento de acordo com a variação do indexador)	6 anos (1 vértice)	mar/2022; set/2022
Nota do Tesouro Nacional (NTN-B)	IPCA	6% ao ano, pagos semestralmente	Grupo I - Curto e Médio Prazo 5 e 10 anos (2 vértices) Grupo II - Longo Prazo 20 e 40 anos (2 vértices)	mai/2021; ago/2026 (Grupo I) mai/2035; mai/2055 (Grupo II)

Fonte: STN

6. Quais são as formas de emissão de títulos do Tesouro Nacional?

A STN emite os títulos públicos por meio de: emissões diretas para finalidades específicas definidas em lei (colocação não-competitiva); ofertas públicas (leilões) com a participação direta de instituições financeiras (colocação competitiva); e vendas a pessoas físicas (Tesouro Direto).

7. O que são emissões diretas?

As emissões diretas são realizadas pela STN diretamente ao beneficiário, sem que seja efetuada oferta pública (leilão). Esse tipo de emissão destina-se a atender finalidades específicas definidas em lei, tais como: securitização de dívidas da União ou de outras entidades cujas obrigações foram ou venham a ser assumidas pela União; aumento de capital das empresas públicas; garantia de empréstimo; reforma agrária; crédito rural; realização de operações financeiras estruturadas, dentre outras.

8. O que são ofertas públicas de títulos? Como é feita a divulgação dessas ofertas?

As ofertas públicas de títulos são leilões realizados pela STN para a venda ou a compra de títulos, cuja finalidade é a administração da dívida pública mobiliária interna. Esses leilões, nos quais participam diretamente instituições financeiras, são divulgados por intermédio de portaria da STN e realizados por meio de sistema eletrônico do BCB (Sistema Oferta Pública - Ofpub). O BCB também efetua suas operações de mercado aberto por meio de leilões, via sistemas

eletrônicos: Ofpub, quando os leilões são destinados a todas as instituições financeiras participantes do Selic; e Oferta a *Dealers (Ofdealers)*, quando esses leilões são realizados exclusivamente com as instituições financeiras credenciadas (*dealers*) a operar com o Departamento de Operações do Mercado Aberto (Demab) do BCB. Nos leilões restritos aos *dealers*, a comunicação da realização do evento se dá por meio de 'aviso eletrônico' da mesa de operações de mercado aberto do BCB diretamente aos *dealers*. Nos leilões do BCB aberto à participação de todas as instituições financeiras, a comunicação do evento se dá por meio da divulgação de comunicado formal do BCB.

As portarias da STN tornam públicas as condições de cada leilão: características dos títulos; quantidade ofertada; datas da emissão e da liquidação financeira; data e hora limite para a apresentação das propostas; critério de seleção das propostas; sistema eletrônico a ser utilizado, etc. Os documentos de divulgação podem ser consultados nos links <https://www.tesouro.fazenda.gov.br/web/stn/resultados-dos-leiloes> e <http://sisweb.tesouro.gov.br/apex/f?p=2501:2:11950991667767:::2::>.

9. Quais as características e a periodicidade das ofertas públicas do Tesouro Nacional?

A STN divulga calendário anual no qual informa as datas de realização dos eventos e os tipos de títulos, com seus respectivos vencimentos, a serem ofertados em seus leilões, como no [cronograma para 2016](#).

Os diferentes formatos de leilões de títulos públicos adotados pela STN (Tabela 2) possuem finalidades específicas, a saber:

- Leilões Tradicionais: têm como principal função o refinanciamento da Dívida Pública Mobiliária Federal por intermédio da emissão de títulos públicos de rentabilidade prefixada e atrelados à taxa Selic e ao IPCA;
- Leilões de Troca: consistem primordialmente na permuta de títulos de prazos mais curtos por outros de prazos mais longos, com o objetivo de alongar ou melhorar o perfil da dívida pública; e
- Leilões de Resgate Antecipado: fornecem liquidez ao detentor do título.

Tabela 2 – Principais Tipos de Leilões do Tesouro Nacional

Título	Tipo de Leilão		
	Tradicional	Troca	Resgate Antecipado
LTN	Semanal	-	-
NTN-F	Quinzenal	Anual	Trimestral
LFT	Quinzenal	-	-
NTN-B	Quinzenal	Mensal	Trimestral

Fonte: STN

As operações de troca de títulos visam, em geral, à desconcentração de vencimentos e/ou ao alongamento de prazos, conforme ditado pelo [PAF](#).

10. Quem pode participar das ofertas públicas do Tesouro Nacional?

Diretamente: bancos; caixas econômicas; sociedades corretoras de títulos e valores mobiliários; sociedades distribuidoras de títulos e valores mobiliários; e demais instituições autorizadas a funcionar pelo BCB. De forma geral, todas as instituições financeiras regularmente habilitadas no Selic podem participar diretamente das ofertas públicas do Tesouro, apresentando propostas. As demais pessoas jurídicas e as pessoas físicas podem participar das ofertas públicas por intermédio das referidas instituições.

11. Como são definidas as propostas vencedoras nas ofertas públicas de títulos da dívida?

As propostas do leilão devem conter a quantidade e o preço para a compra (ou venda) dos títulos. Após o encerramento do leilão, a STN analisa as propostas recebidas, estabelecendo parâmetros para a definição das quantidades e das taxas a serem aceitas. Para a definição do resultado do leilão, a STN considera, principalmente, o preço do título no mercado secundário, a curva de juros calculada com base nos contratos futuros de juros negociados na BM&FBovespa (denominados DI futuro) e o consenso do leilão, obtido por meio de consulta às mesas de operações das instituições financeiras nos minutos finais do leilão.

Na apuração da oferta pública de compra/venda de títulos são utilizados os seguintes critérios:

- preços múltiplos (preços discricionários) – são aceitas todas as propostas com preço igual ou superior (inferior) ao preço mínimo (máximo) aceito na oferta de venda (compra), denominado de “preço de corte”; ou seja, os títulos são vendidos (comprados) ao próprio preço constante das propostas vencedoras;
- preço único (preço uniforme) – são aceitas todas as propostas com preço igual ou superior (inferior) ao preço mínimo (máximo) aceito na oferta pública (“preço de corte”), o qual será aplicado a todas as propostas vencedoras; ou seja, os títulos são vendidos (comprados) ao “preço de corte” para todas as propostas vencedoras.

Atualmente, os leilões de LTN, NTN-F e LFT seguem o critério de preço múltiplo. Já os leilões de NTN-B seguem o critério de preço único.

12. O que é a 2ª Rodada do Leilão?

A 2ª Rodada do Leilão é uma operação especial da STN com as instituições (*dealers*) credenciadas a operar com a Coordenação Geral de Operações da Dívida Pública (Codip) da STN, nos termos da Portaria STN nº74, de 4 de fevereiro de 2015. Tal operação consiste na venda de títulos públicos a preço não competitivo, conforme estabelecido na portaria da oferta pública

competitiva. Essas operações especiais, cujas condições estão definidas na própria portaria da oferta pública, somente ocorrem se houver a venda de pelo menos 50% da quantidade do título/vencimento ofertada no leilão competitivo. São realizadas após a apuração do leilão competitivo e seu volume corresponde a um percentual da quantidade total vendida no referido leilão. Cada instituição *dealer* possui um limite de compra na 2ª rodada do leilão, relacionado ao seu desempenho mensal, e dispõe de horário específico para manifestar seu interesse na realização da operação.

13. Como ocorrem as vendas diretas para pessoas físicas (Tesouro Direto) e como evoluiu o estoque e o número de investidores cadastrados para essas vendas?

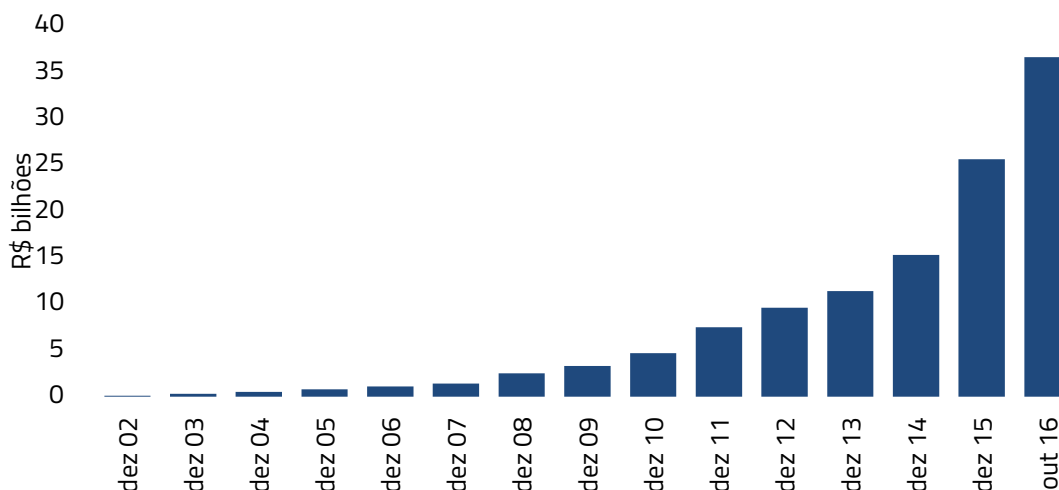
Desde 2002, a STN efetua a venda direta de títulos públicos pela internet, buscando facilitar o acesso das pessoas físicas a esses títulos. Com esse intuito, em março de 2015, a STN passou a designar os títulos do Tesouro Direto explicitando suas características de rentabilidade. Assim, podem ser adquiridos:

- títulos indexados ao IPCA: Tesouro IPCA (NTN-B Princ) e Tesouro IPCA+ com juros Semestrais (NTN-B);
- títulos prefixados: Tesouro Prefixado (LTN) e Tesouro Prefixado com Juros Semestrais (NTN-F); e
- títulos indexados à Taxa Selic: Tesouro Selic (LFT).

Podem ser investidos valores a partir de R\$30, limitado a R\$1.000.000 por mês por investidor. Visando estimular a participação do público, a STN realiza recompras diárias dos títulos negociados no [Tesouro Direto](#).

Conforme [estatísticas](#), nos últimos 12 meses até outubro de 2016, as vendas totalizaram R\$18,1 bilhões. O estoque em outubro de 2016 atingiu R\$38,1 bilhões, representando um acréscimo de 42,56% em relação a dezembro de 2015.

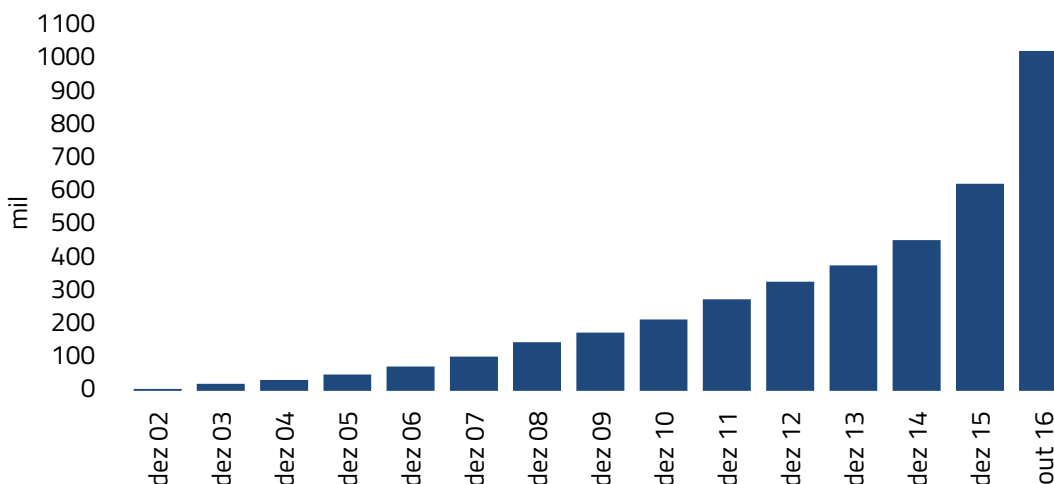
Gráfico 1 – Evolução do Estoque do Tesouro Direto



Fonte: STN

No ano até outubro de 2016, houve 400.075 novos cadastros, totalizando estoque de 1.024.433 investidores, o que representa aumento de 64% sobre o ano anterior.

Gráfico 2 – Investidores Cadastrados no Tesouro Direto



Fonte: STN

14. O que é taxa de consenso?

A taxa de consenso traduz qual é a estimativa do preço de mercado para o objeto do leilão. É obtida por meio de pesquisa realizada com as instituições *dealers* alguns minutos antes do encerramento de cada leilão e servem como mais uma referência para a definição do resultado.

15. Como posso consultar os resultados dos leilões?

O BCB divulga o [resultado dos seus leilões e dos leilões da STN](#). A STN também divulga os resultados de seus leilões, em [Histórico de Leilões](#).

16. O que são preço par e preço na curva?

O preço par é o valor nominal do título na data de emissão ou na data-base, atualizado pelo seu respectivo indexador, quando couber. Esse preço não incorpora os cupons de juros do título. No caso das LTN e das NTN-F, títulos de rendimento prefixado, o preço par é sempre o valor de face (R\$1.000,00).

O preço na curva é o preço do título atualizado pela sua rentabilidade original, definida na emissão. De acordo com as características do título, o preço incorpora a variação do indexador e as apropriações da taxa de juros de cupom e dos fatores de ágio ou deságio. Para calcular o preço na curva das LTN e NTN-F, por exemplo, é necessário traçar a curva de rendimento de cada título, a partir da taxa de colocação nos leilões.

17. Como posso saber os preços dos títulos públicos federais?

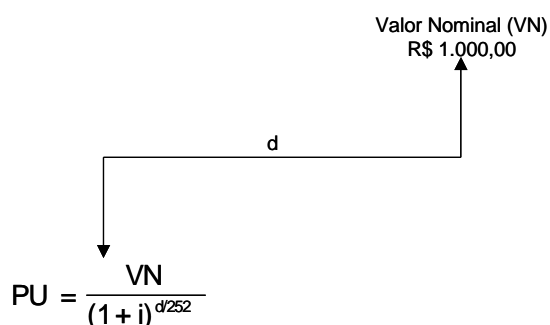
Os preços dos títulos públicos negociados no mercado secundário são livremente pactuados entre as partes (comprador/vendedor). Como referências para os preços de mercado dos títulos, pode-se recorrer a diversas fontes de informações, como: [estatísticas de taxas divulgadas pela Anbima](#), a partir de informações fornecidas pelos principais participantes; [estatísticas sobre a negociação de títulos federais no mercado secundário](#) divulgadas na página do BCB na internet, que inclui informações em tempo real; e os [resultados das ofertas públicas de títulos realizadas pela STN](#).

18. Quais são as principais características e como se calcula o PU e cotação dos principais títulos?

Letras do Tesouro Nacional (LTN)

A LTN é título de remuneração prefixada e, como tal, tem sua remuneração calculada em função do desconto sobre o Valor Nominal (R\$1.000,00) obtido na venda do título pela STN (em oferta pública ou por emissão direta) ou na aquisição em mercado secundário. A partir da taxa de remuneração desejada na compra do título, calcula-se o PU descontando-se o seu Valor Nominal por aquela taxa de acordo com o prazo de resgate do título.

Figura 1 – LTN – Fluxo de Caixa



Em que:

PU: Preço Unitário (R\$; truncado na 6ª casa decimal);

d: prazo (número de dias úteis entre a data de referência, inclusive, e a data de vencimento, exclusive);

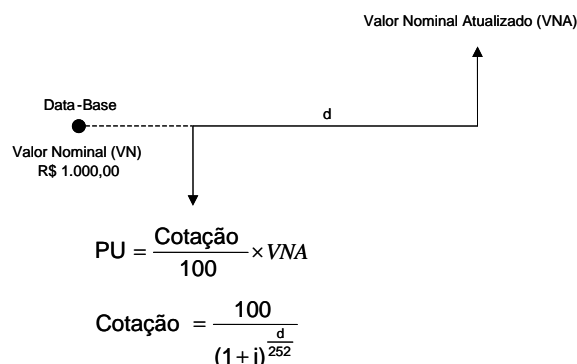
VN: Valor Nominal (R\$ 1.000,00);

i: taxa de juros ao ano (truncada na 4ª casa decimal)

Letras Financeiras do Tesouro (LFT)

As LFT possuem rentabilidade pós-fixada, atrelada à variação da taxa Selic, acrescida, se houver, de ágio ou deságio. Seu valor nominal é atualizado (VNA) pela taxa Selic acumulada desde a data-base. A data-base é estabelecida pela STN, constante no edital da venda do título, e costuma ser anterior à data de emissão do título. A data-base atualmente é 1º/7/2000. Na data-base, o valor nominal do título é de R\$ 1.000,00. Nos leilões de LFT, as propostas são encaminhadas na forma de cotação sobre o valor nominal atualizado, com quatro casas decimais. Quando a LFT é vendida com deságio, ou seja, a cotação inferior a 100% do VNA, isso representa rendimento efetivo acima da variação acumulada da taxa Selic até o vencimento; ao contrário, quando o título é vendido com ágio, isto é, a cotação superior a 100% do VNA, isso representa rendimento efetivo inferior à variação acumulada da taxa Selic até o vencimento. Finalmente, se o título é vendido a 100% do VNA, então a sua rentabilidade efetiva será exatamente a variação acumulada da taxa Selic.

Figura 2 – LFT – Fluxo de Caixa



Em que:

PU: Preço Unitário (R\$; truncado na 6ª casa decimal);

Cotação: (%; truncado na 4ª casa decimal);

d: prazo (número de dias úteis entre a data de referência, inclusive, e a data de vencimento, exclusive);

VN: Valor Nominal (R\$ 1.000,00);

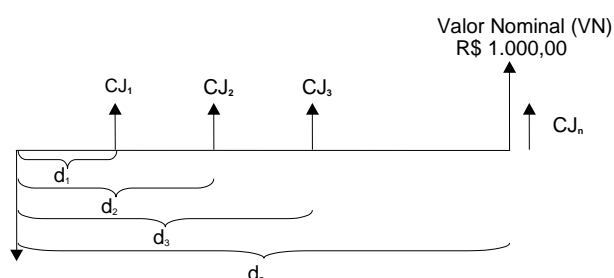
VNA: Valor Nominal Atualizado (truncado na 6ª casa decimal);

i: taxa de juros ao ano (truncada na 4ª casa decimal).

Notas do Tesouro Nacional Série F (NTN-F)

As NTN-F são títulos de remuneração prefixada e, como tal, têm sua remuneração calculada em função do desconto sobre o Valor Nominal (R\$ 1.000,00) obtido na venda do título pela STN (em oferta pública ou por emissão direta) ou na aquisição em mercado secundário. A partir da taxa de remuneração desejada na compra do título, calcula-se o PU descontando-se o seu VN por aquela taxa, de acordo com o prazo de resgate do título. Esses títulos pagam cupom de juros semestralmente. O cupom de juros é calculado aplicando-se o fator de juros sobre o VN. No resgate desses títulos, além do pagamento do VN, acrescenta-se o último cupom de juros. Para cada emissão, os juros do cupom são definidos pela STN.

Figura 3 - NTN-F - Fluxo de Caixa



$$PU = \frac{CJ_1}{(1+i)^{d_1/252}} + \frac{CJ_2}{(1+i)^{d_2/252}} + \frac{CJ_3}{(1+i)^{d_3/252}} + \dots + \frac{(CJ_n + VN)}{(1+i)^{d_n/252}}$$

$$CJ_i = VN \cdot [(1 + \text{cupom})^{0,5} - 1]; i = 1, \dots, n$$

Em que:

PU: Preço Unitário (R\$; truncado na 6ª casa decimal). Os fluxos de pagamentos descontados são arredondados na 9ª casa decimal;

d_i : prazo (número de dias úteis entre a data de referência, inclusive, e a data do pagamento do cupom de juros, exclusive) do i -ésimo cupom de juros, $i=1, \dots, n$;

VN: Valor Nominal;

i : taxa de juros ao ano (truncada na 4ª casa decimal);

CJ_i : i -ésimo cupom de juros, $i=1, \dots, n$. (arredondado na 5ª casa decimal);

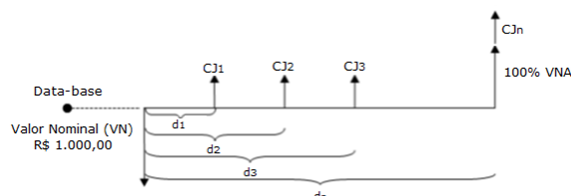
Cupom: taxa de juros do cupom expressa ao ano definida pela STN na emissão.

Notas do Tesouro Nacional Série C (NTN-C) e Série B (NTN-B)

As NTN-B e NTN-C possuem rendimento nominal pós-fixado, atrelado a índices de preços, IPCA e IGP-M, respectivamente. Esses títulos pagam cupom de juros semestralmente. De forma análoga às LFT, esses títulos têm data-base estabelecida pela STN, e seu valor nominal na data-base é de R\$ 1.000,00 para cada título. Da mesma forma, o VNA desses títulos é o valor nominal na data-base (R\$ 1.000,00) atualizado pela variação acumulada do IPCA, no caso das NTN-B, e do IGP-M, no caso das NTN-C, desde a data-base. O cupom de juros é calculado aplicando-se o fator de juros sobre o VNA vigente na data do pagamento do

respectivo cupom. No resgate desses títulos, além do pagamento do VNA, acrescenta-se o último cupom de juros. Para cada emissão, os juros do cupom são definidos pela STN. As NTN-B e as NTN-C são negociadas por meio de cotação, ou seja, um percentual do VNA.

Figura 4 - NTN-B e NTN-C - Fluxo de Caixa



$$Cotação = \frac{CJ_1}{(1+i)^{d_1/252}} + \frac{CJ_2}{(1+i)^{d_2/252}} + \frac{CJ_3}{(1+i)^{d_3/252}} + \dots + \frac{(CJ_n + 100)}{(1+i)^{d_n/252}}$$

$$CJ_i = 100 \cdot [(1 + \text{cupom})^{0,5} - 1]; i = 1, \dots, n$$

$$PU = \frac{Cotação}{100} \cdot VNA$$

Em que:

PU: Preço Unitário (R\$; truncado na 6ª casa decimal);

Cotação: (%; truncado na 4ª casa decimal). Os fluxos de pagamentos descontados são arredondados na 10ª casa decimal;

d_i: prazo (número de dias úteis entre a data de referência, inclusive, e a data do pagamento do cupom de juros, exclusive) do i-ésimo cupom de juros, i=1, ...,n;

VN: Valor Nominal;

VNA: Valor Nominal Atualizado (truncado na 6ª casa decimal);

i: taxa de juros ao ano (truncada na 4ª casa decimal);

CJ_i: i-ésimo cupom de juros, i=1, ..., n. (arredondado na 6ª casa decimal);

Cupom: taxa de juros do cupom expressa ao ano definida pela STN na emissão.

As NTN séries B e C podem ser emitidas ao preço par, com ágio ou deságio sobre o Valor Nominal.

Cabe ressaltar que a NTN-C não tem sido emitida desde dezembro de 2006.

19. Como são calculados os ágios/deságios das LFTs negociados nos leilões? O que eles significam?

O ágio/deságio das LFT pode ser definido como o acréscimo/desconto aplicado a esses títulos em relação ao seu valor nominal. Quando o título é negociado com deságio significa que o comprador vai receber rendimento acima da variação da taxa Selic, desde a compra até o seu vencimento.

20. Qual é o cronograma de vencimentos da Dívida Pública?

O [volume e o cronograma de vencimentos da dívida custodiada no Selic](#) podem ser consultados diariamente na página do BCB.

21. Qual é o volume negociado no mercado secundário?

O volume de negócios por título no mercado secundário pode ser consultado semanalmente na ["Resenha Semanal do Departamento de Operações do Mercado Aberto"](#) ou mensalmente na ["Nota para a Imprensa do Mercado Aberto"](#).

22. O que é a securitização de dívidas?

A securitização é a operação por meio da qual se reúne uma variedade de ativos financeiros e não financeiros – chamados “ativos base” –, sobre os quais se emitem títulos financeiros negociáveis. A securitização de recebíveis em geral é operação em que o emitente do título garante ao adquirente o direito ao crédito ou recebível livre do risco próprio do emissor. Assim, esses direitos creditórios ou recebíveis saem do balanço do emitente liberando capital para novos empréstimos, no caso dos bancos, ou liberando recursos para outras finalidades, no caso de empresas. No caso particular da securitização de dívidas, pode ser entendida como um processo de renegociação de dívidas, em muitos casos vencidas e não pagas, tendo como mecanismo subjacente a novação contratual ou repactuação de cláusulas previstas nos contratos originais. A securitização de dívidas tem sido muito utilizada pela STN quando do refinanciamento das dívidas diretas ou indiretas da União, decorrentes de garantias prestadas a órgãos e/ou entidades das quais a União detém ou detinha o controle. Devido à grande diversidade de credores, cláusulas, taxas e características desses passivos originais, a STN optou por padronizá-los em instrumentos de crédito homogêneos, num processo de securitização. Esse processo é vantajoso tanto para a União, que poderá assim adequar o seu passivo à sua capacidade de pagamento, como para os credores, cuja vantagem consiste no aumento da liquidez de seu crédito no mercado secundário.

23. O que são as chamadas “moedas de privatização”?

As “moedas de privatização” constituem determinados títulos da dívida brasileira que podem ser usados como pagamento na aquisição de empresas públicas inseridas nos processos de privatização. Entretanto, em cada processo de privatização, cabe ao Conselho Nacional de Desestatização (CND) definir o percentual máximo em que cada título poderá ser utilizado como parte do pagamento, devendo o percentual restante ser liquidado em moeda corrente. Além dos títulos securitizados, são considerados moedas de privatização, podendo ser utilizados como pagamento nos processos de privatização, os seguintes ativos: Debêntures da Siderbrás com garantia do Tesouro Nacional, Obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento (OFND), Títulos da Dívida Agrária (TDA), e Certificados Financeiros do Tesouro.

24. Quais são os títulos inegociáveis e qual o seu objetivo?

Os títulos inegociáveis são títulos que não podem ser utilizados em operações de mercado secundário. Essa característica é intrínseca ao título. Atualmente, o principal título inegociável de responsabilidade do Tesouro Nacional é a NTN-P, atualizada pela TR + 6% a.a., cuja finalidade é a troca por recursos recebidos em moeda corrente ou a permuta por títulos e créditos recebidos no âmbito do Plano Nacional de Desestatização (PND).

25. Onde posso obter mais informações e dados atualizados sobre títulos públicos e gestão da dívida mobiliária?

Informações sobre evolução da dívida pública mobiliária interna podem ser obtidas na "[Nota para a Imprensa do Mercado Aberto](#)", divulgada mensalmente pelo BCB. Esse relatório apresenta as informações e fatos relevantes referentes à evolução da dívida pública, além de operações de mercado aberto, incluindo toda a base de dados. Outra fonte de consulta é o "[Relatório da Dívida Pública Federal](#)", onde o Tesouro Nacional divulga os dados consolidados da dívida mobiliária interna e externa.

Adicionalmente, a página do BC na internet dispõe da "Nota Técnica" e do "Trabalho para Discussão" sobre gestão da dívida mobiliária e operações de mercado aberto citados a seguir:

Nota Técnica 12 - [Mercado de Títulos Públicos e Operações de Mercado Aberto no Brasil – Aspectos Históricos e Operacionais](#)

Carlos Hamilton Vasconcelos Araújo (Janeiro/2002)

Trabalhos para Discussão 37 - [Monetary Operations in Brazil: Remarks on the Inflation Targeting Regime, Public Debt Management and Open Market Operations](#) (em inglês)

Luiz Fernando Figueiredo, Pedro Fachada e Sérgio Goldenstein (Março/2002)